

NOME: LÚCIA MARIA SILVA ARRUDA

TÍTULO: A UNIDADE ESCOLAR COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA DISCUSSÃO A RESPEITO DA PEDOFILIA: PRODUÇÃO DE MATERIAL PARADIDÁTICO E ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO A PARTIR DE SUA UTILIZAÇÃO

AUTORES: LÚCIA MARIA SILVA ARRUDA, LÚCIA MARIA SILVA ARRUDA, JOSÉ HELENO FERREIRA, ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA , GERALDA APARECIDA DE ARAÚJO GUEVARA, MAÍRA LOPES ROCHA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PAEX

PALAVRA CHAVE: PEDOFILIA, ENSINO FUNDAMENTAL, AÇÕES EDUCATIVAS

#### RESUMO

O projeto "A Unidade Escolar como espaço privilegiado para discussão a respeito da Pedofilia: produção de material paradidático e acompanhamento do trabalho pedagógico a partir de sua utilização", tem como objetivo a elaboração de uma cartilha a ser distribuída em mídia digital nas escolas da rede pública de Divinópolis/MG. A elaboração e edição dessa cartilha utilizará o material produzido nos encontros com as crianças e adolescentes, bem como os vídeos produzidos a partir das apresentações teatrais no Projeto "Ações Educativas como estratégia de combate a Pedofilia" realizado em 2014. A finalidade da cartilha é orientar os educadores do Ensino Fundamental da cidade de Divinópolis, sobre o desenvolvimento de ações educativas de combate à pedofilia, capacitando-os por meio de debates sobre o tema e orientando para que possam perceber os sintomas apresentados pelas crianças e adolescentes vítimas desse mal. A metodologia utilizada provém de duas ações: pesquisas relacionadas a casos de pedofilia em Divinópolis feitas pelas assistentes sociais, coautoras do projeto, e as ações desenvolvidas no projeto de extensão realizado em 2014, que estimulou o processo de conscientização sobre o tema. Além disso, realizou-se também pesquisa bibliográfica sobre pedofilia e foram coletados dados em órgãos públicos ligados ao sistema de saúde pública e a assistência social de Divinópolis. Os resultados foram registrados, selecionados e sistematizados para a elaboração da cartilha. Conforme Maria Lúcia Leal (2002), é necessário "construir uma nova racionalidade com bases democráticas que transforme as relações de violência sexual em relações sociais, baseadas no desenvolvimento do direito a uma sexualidade emancipadora e no reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes a vivenciar sua sexualidade protegidos de abusos". Essa construção é um processo a ser conquistado a cada dia por toda rede social, sendo de responsabilidade de toda sociedade, bem como o reconhecimento de que a vítima precisa ter seus direitos garantidos. A Lei brasileira estabelece várias formas de crimes e punição contra formas de violência sexual. Em 25/11/2008, através da Lei n 11.829, elaborada por ocasião da CPI da Pedofilia, foi modificado o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo novos crimes e melhorando o combate à pornografia infantil na internet. Em 07/08/2009 foi sancionada a Lei nº 12.015, que modificou o Código Penal e melhorou o sistema de punição aos crimes sexuais, inclusive cometidos contra crianças e adolescentes. O estudo pretendido será fundamentado em diferentes obras já publicadas, como a análise feita pela ABRAPIA (1997). A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, aborda as questões que envolvem o abuso sexual de crianças e adolescentes numa conversa aberta sobre este assunto, visando à quebra do silêncio. A partir dos estudos bibliográficos e da análise dos resultados das atividades desenvolvidas, a cartilha foi estruturada em tópicos que visam: introduzir e descrever o tema, explicar sobre a realidade dos casos de pedofilia no município, orientar os educadores sobre como trabalhar o tema e identificar suposta agressão, sugerir atividades baseadas no material produzido pelas próprias crianças. Através das ações e dados registrados percebe-se a necessidade de conscientização no ambiente escolar sobre esse problema social. A escola além de promover reflexão sobre o tema deve amparar as crianças em situação de risco. A perspectiva social observada no município possibilitou a elaboração do projeto impactando positivamente a equipe. A relação entre a sistematização do conhecimento acadêmico e sua aplicação como instrumento transformador é o que dá abrangência ao projeto, promovendo reflexão sobre a prevenção de abusos sexuais no contexto escolar, familiar e da comunidade divinopolitana. O material didático, constituído pela cartilha, fruto do esforço de pesquisa e implementação de atividades de extensão, poderá ser utilizado pelos educadores de outras escolas e dessa forma o alcance dos resultados desse projeto poderá atingir a maior parte da rede escolar existente na cidade. Assim, estaremos também colocando os conhecimentos produzidos academicamente a serviço de nossas escolas contribuindo para uma maior interação entre a universidade e a sociedade.